

Movimento Negro em Movimento¹

LEONARDO BORGES DA CRUZ

Doutorando em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos.
borgesdacruz@yahoo.com.br

¹ Trabalho apresentado sob a forma de Comunicação no IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS - COPENE, no Simpósio II – Ações Afirmativas, Estado e Movimentos Sociais, realizado no período de 13 a 16 de setembro de 2006 em Salvador-BA.

Resumo

Com o objetivo de compreender a constituição do movimento negro brasileiro em sua contemporaneidade, nossa atenção se volta para a trajetória desenvolvida pela militância negra desde fins do século XIX, compreendendo diacronicamente o movimento negro brasileiro. Ao que podemos observar, existe uma tendência – dentro do período analisado – de aproximação dos(as) militantes negros em busca de uma identificação com as africanidades. Podemos identificar que a simples assimilação de valores e referências eurocêntricas proposta até meados do século XX perde espaço no movimento negro para uma espécie de volta – física e simbólica – à África. Os exemplos do Conselho Municipal do Negro e do Grupo de Educadores Negros, ambos de Marília-SP são representativos desta metamorfose programática do movimento negro, possibilitando a compreensão da trajetória do anti-racismo no Brasil.

Palavras-chaves

Movimento negro. Perspectivas antirracistas. Brasil.

Introdução

A publicação da pesquisa no jornal Folha de São Paulo (COLUCCI, 2006) sobre a aceitação das cotas para negros(as), dá crédito a discussão sobre o significado do movimento negro brasileiro contemporâneo. Como podemos compreender os questionamentos à “hegemonia racial” (HANCHARD, 2001) e mesmo as propostas de combate ao racismo impressas pela militância negra? Existem diferenças significativas entre o atual movimento negro e aquele de início do século passado? Como entender tais supostas modificações?

Procuraremos, por meio da concepção diacrônica do tema, dar sentido à compreensão do que se convencionou denominar movimento negro. Para tanto, faremos uma abordagem de alguns grupos que surgiram na história republicana brasileira. Entre eles, o Conselho Municipal do Negro e o Grupo de Educadores Negros, ambos em Marília-SP destacam-se pelo fato de termos feito trabalho de campo junto aos seus membros. Além do mais, estes dois grupos têm similaridades com centenas de outros grupos de movimento negro no Brasil, pouco estudados em decorrência de não terem atingido uma semântica coletiva em níveis regionais ou nacionais (CRUZ, 2006).

É possível observar que, desde início do século XX até nossa atualidade, o movimento negro tem sofrido algumas alterações profundas. Neste sentido podemos nos perguntar se não tem havido um movimento gradual no sentido de uma “volta à África” por parte dos(as) militantes negros. Em caso afirmativo, qual seria a dinâmica presente no movimento negro brasileiro desde há um século? Será que da imprensa negra até a criação da SEPPIR (Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial) a militância anti-racista no Brasil tem se orientado em busca de uma aproximação direta com a militância negra norte-americana?



Convém notar que em vista das limitações físicas deste trabalho faremos uma seleção daquilo que se faz essencial para o que pretendemos demonstrar.

As raízes

A respeito de como surgiu o movimento negro no Brasil podemos afirmar que se trata de uma questão profundamente complexa.

Motta (1986), assim como Mendonça (1996) identificam as irmandades religiosas de tempos coloniais como originárias do movimento negro. Para esta autora, o “movimento negro que conhecemos hoje ancora-se numa tradição associativa que remonta aos tempos da escravidão [...]” (MENDONÇA, 1996, p. 2).

Por outro lado, a formação de grupos nos quais a transformação política é vista como prioritária parece ter sido originária em fins do século XIX. O Jornal A Redenção (1887-1888), por exemplo, ampliava a atenção para a questão da abolição da escravidão no Brasil (HOFBAUER, 1999, p.291). É neste período que surgiram as primeiras formas de organizações que originaram o movimento negro contemporâneo. Esta é ainda a leitura de Aguiar (2005) e a de Pinto (1993).

Deste modo, a imprensa negra parece ter sido a primeira forma de organização escolhida por membros da população negra brasileira.

Os jornais eram organizados, geralmente, com a intenção de “divulgar os eventos de teor recreativo promovidos pela ‘comunidade’” (HOFBAUER, 1999, p. 293). Tinham inspirações nas “associações beneficentes e de assistência mútua que os imigrantes, sobretudo os italianos instalavam na cidade de São Paulo” (Idem, ibidem). Outro ponto de inspiração parece ter sido a imprensa operária (PINTO, 1993, p. 63).

As publicações referidas pautavam-se, inicialmente, por programas mais localizados. Com o passar do tempo, parece ter ocorrido uma politização crescente e em âmbito cada vez mais amplo, chegando a mobilização nacional, como no caso de *O Getulino* (BASTIDE; FERNANDES, 1951; FERRARA, 1986).

Conforme Pinto (1993), esta foi “uma das atividades mais regulares das lideranças negras e que alcançou um êxito relativo” (Idem, 1993, p. 61).

A forma de retratar os(as) negros(as) por esta imprensa diferia da forma estereotipada e depreciativa encontrada em outro(s) tipo(s) de imprensa. Neste sentido ela se constituía como uma alternativa para a população negra brasileira fugir da reprodução da ideologia racista.

A sustentação material da imprensa negra passou necessariamente pela obtenção de montantes em dinheiro. Os dificultadores para sua manutenção se fizeram notar. O público-alvo era composto por aqueles(as) que tinham – com algumas exceções – menos acesso aos bens estratégicos. Assim, aumentaram o tempo entre uma publicação e outra (*O Clarim d’Alvorada*). Formaram-se sociedades anônimas (*O Progresso* e *A Voz da Raça*), promoveram-se eventos como festivais, leilões e festas (*A Liberdade*).

Há uma profunda ligação entre a imprensa negra e as associações negras da primeira metade do século XX. As associações ou sociedades foram pensadas e vividas como meio de suprir a carência de espaços de lazer em que os(as) mesmos(as) pudessem ser aceitos(as)

A ideia de integrar da população negra na sociedade brasileira, especialmente numa suposta pequena burguesia foi essencial para os(as) militantes negros(as). Segundo Aguiar, as associações “funcionavam como marco de referência da capacidade de organização da população negra.” (AGUIAR, 2005, p. 42).

A promoção de eventos de lazer e recreativos marcou o período. Mesmo também sem grandes recursos para as realizações, “presume-se que a maioria tinha por objetivo proporcionar o lazer e o entretenimento aos associados.” (PINTO, 1993, p. 79)

Entre elas, podemos destacar a Sociedade Propugnadora 13 de maio, Club Dançante 15 de Novembro, Grêmio Bandeirantes, Grêmio Dramático, Recreativo e Literário “Elite da Liberdade”, Frente Negra Brasileira, entre outros tantos².

Uma das maiores preocupações dessas associações era com respeito ao racismo vivenciado pelos seus membros. As desigualdades entre negros(as) e brancos(s) no mercado de trabalho era motivação para debates entre os associados (AGUIAR, p. 86). Para este tema, muitas associações utilizaram trabalhos direcionados para a educação. O “Centro Cívico Palmares criou uma biblioteca, fundou escolas e um curso secundário, que contava com um ‘afinado corpo docente preto’ e cujos alunos chegaram a frequentar as escolas superiores do país” (Idem, p. 85).

As propostas educativas ali constituídas tinham por base a ideia de que à população negra seria necessária a escolarização. Este seria o caminho inequívoco de ascensão social do(a) negro(a). A educação neste momento pode ser pensada como escolarização, ou seja, o processo de aprendizagem por meio da instituição escola. Este processo não era questionado em seus termos e forma por esta militância³.

Podemos observar que a relação entre as associações e os jornais certamente contribuiu para que aquelas pudessem ganhar visibilidade, o que poderia ser traduzido em sua manutenção.

Frente Negra Brasileira

A Frente Negra Brasileira foi criada oficialmente em 6 de setembro de 1931. Sua duração foi curta, mesmo em decorrência do recrudescimento da política oficial durante a gestão presidencial de Getúlio Vargas.

2 É de chamar a atenção que em muitas cidades do interior do Brasil existem desde então associações e clubes com o nome “13 de maio”, “Elite” ou algo semelhante. Ao que nos parece, estas designações podem nos permitir compreender melhor as percepções ideológicas que norteavam as atividades abordadas.

3 A discussão a respeito da maneira de se educar a dos conteúdos trabalhados em sala de aula, assim como a postura dos(as) professores(as) diante da pluralidade cultural dos educandos não era tema recorrente neste momento. A preocupação era apenas com a inclusão dos(as) negros(as) na escola como alunos e nada mais.

Seu objetivo, constantemente reiterado em seu jornal *A voz da raça*, era o de promover a “união, elevação e completa integração [dos(as) negros(as)] na vida nacional.” (AGUIAR, 2005, p. 92).

Para Aguiar (Idem, p. 42), a integração da população negra na sociedade brasileira – conforme a proposta pela FNB – se efetivaria na medida em que “a população negra conseguisse meios de sobrevivência que lhes garantissem acesso à educação”.

Mais do que o acesso a emprego, moradia e outros suportes ao desenvolvimento educacional, “necessário também, seria que o negro não se visse como inferior, fato que seria modificado na medida em que o negro fosse integrado na sociedade” (Idem, ibidem). Para Aguiar a compreensão do problema enfrentado pela Frente Negra Brasileira – ao olhos daqueles(as) militantes – seria “fundamentalmente econômico” (Idem, p. 43).

Entretanto, podemos ainda apresentar a ideia de que o comportamento era também um elemento central para os(as) fretenegrinos(as). Em *A voz da raça* encontramos uma indicação da importância reservada ao comportamento dos(as) associados(as):

Para não contrariar os Patrícios entrei na referida sociedade, onde fui encontrar diversos negros que podiam estar ao nosso lado trabalhando para a defesa da raça, entregues aos prazeres da dança e do álcool, foi por isso bem péssima a minha impressão com a tal sociedade.

Notem pois meus caros irmãos Frenenegrinos em que situação se acham os nossos outros irmãos de raça atualmente afastada de uma convivência sócia e que ainda não tiveram tempo para pensar no futuro. [...]

Peço pois para os meus patrícios e irmãos de raça, que procurem trazer para o nosso meio estes entes, que vivem perdidos num charco de ignorância para que mais tarde possam compreender que também são homens iguais a nós e que poderão também colaborar para a grandeza da nossa raça. (TEIXEIRA, A. Por acaso. *A Voz da Raça*, São Paulo, p. 2, 31 ago. 1935 apud PINTO, 1993, p. 123).

A centralidade do comportamento dos(as) negros(as) também foi enfatizada por Hofbauer (1999). A busca de uma situação econômica e social mais confortável para negros(as) no Brasil implicava em uma proposta política em que cultura e civilização eram sinônimos “como ocorreu no discurso evolucionista do século XIX, propagava-se a ‘cultura’ como um valor a ser atingido” (Idem, p. 296).

Efetivamente o caráter integracionista enfatizado por vários(as) pesquisadores pode ser pensado como uma forma de conferir reconhecimento à população negra brasileira. Fernandes aponta para a “comunhão brasileira” (FERNANDES, 1978, p. 46 apud AGUIAR, 2005, p. 43).

A aceitação da FNB foi, de certo modo, tortuosa entre os(as) brasileiros(as). “Certos setores da sociedade tiveram dificuldade em compreender os objetivos e as finalidades da associação, devido ao tipo de entidades que proliferava no meio negro” (Idem, p. 90).

Sua curta trajetória foi marcada, entre outras coisas, pela resolução de problemas “pessoais” dos(as) negros(as). Pendências com relação à moradia e emprego eram muito comuns. Além disso, havia até um setor responsável pelo trato da beleza dos filiados: cabelizadeiro.

Efetivamente, a Frente Negra Brasileira parece ter alcançado grande êxito. A análise de Pinto converge para esta tese. Ali pudemos encontrar várias indicações de militantes e da própria pesquisadora. A certa altura da tese podemos ler “[...] é certo que os fretenegrinos se achavam negros diferenciados no meio negro.” (PINTO, p. 122). Ou ainda á frente lemos que “o orgulho dos fretenegrinos transparece também nas campanhas de arregimentação de sócios [...]” (Idem, *ibidem*).

Aliás, na ocasião de seu fechamento pelo Estado Novo em 1937 houve grande desconcerto entre os(as) militantes negros(as). Conforme Pinto (Idem, *ibidem*), uma situação de pasmo acometeu seus(uas) militantes. Especialmente entre os(as) mais velhos. Já entre os mais jovens, há indicações de que o impacto não foi tão grande.

O Teatro Experimental do Negro

Ao assistir a apresentação de *O Imperador Jones* no Teatro Municipal de Lima, no Peru, Nascimento se perguntou: **“Por que um branco brochado de negro? Pela inexistência de um intérprete dessa raça?”** (NASCIMENTO, 2004, p. 209). Nasceu o Teatro Experimental do Negro (TEN), entre fins de 1944 e início de 1945.

Iniciou-se um processo de questionamento da ordem vigente pela militância negra. Esta postura política pode ser entendida como elemento associado à proposta artística levantada pelo TEN. Teria havido no ainda uma estratégia em que se aliou a “preocupação cultural e artística a uma função social” (PINTO, 1993, p. 340-341 apud AGUIAR, 2005, p. 44).

Para Aguiar, “começa a preocupação com o desenvolvimento de uma identidade específica negra” (AGUIAR, 2005, p. 44). Para este a identidade almejada poderia, conforme os(as) militantes do TEN, ser recuperada nas origens culturais africanas.

Esta busca por essas matrizes teve aporte no movimento de *négritude*. Este movimento teve origem na Europa da década de 1930. Naquele tempo, havia uma quantidade significativa de africanos residentes fora da África, em virtude da colonização imposta por países europeus.

Este movimento foi importante propulsor da libertação de diversos países africanos. Ele pode ser pensado como uma luta política, intelectual e artística. Na medida em que seus líderes produziam novos saberes com base na lógica cultural e filosófica africana, promoviam também o engajamento político em defesa da autenticidade da África⁴.

Por outro lado, Hofbauer (1999) afirma que a orientação político-ideológica do TEN não foi sempre pautada no diferencialismo. Para isto, o autor se apóia nas alterações que se apresentam no discurso de Abdias do Nascimento.

Hofbauer (Idem, ibidem) afirma que teria sido durante o período da ditadura militar no Brasil (entre 1964 e 1985) que Abdias do Nascimento alterou sua perspectiva de luta. Ao retornar do exílio – nos EUA e em Ife, na Nigéria – Nascimento passou a oferecer centralidade ao conceito de “quilombismo”. Trata-se de “um conceito científico emergente do processo histórico-cultural das massas afro-brasileiras – uma proposta do autor aos seus irmãos negros do Brasil.” (NASCIMENTO, 1980, p. 245 apud HOFBAUER, 1999, p. 307).

A postura do Teatro Experimental do Negro pode ser compreendida como o início do discurso militante diferencialista no Brasil⁵. Efetivamente, podemos observar que, desde então, a integração passou a ser pensada pela via da revalorização das origens africanas e afrodescendentes.

Ainda assim, cabe ressaltar que esta volta à África não se constituiria de maneira direta. Dito de outro modo, a perspectiva de militância negra impressa pelo TEN teve facetas de, pelo menos, duas ordens. De um lado havia uma busca pela integração adicionada à assunção da inferioridade da população/raça negra; de outro, uma reafricanização que se iniciava por meio do contato com a *négritude*.

Um grupo unificador?!

O MNU⁶ tem sido considerado como uma das formas de organização da militância negra mais importantes. Isto se deve ao fato de que o mesmo assumiu proporções gigantescas em relação aos demais grupos. Sua atuação ultrapassou os limites do estado de São Paulo, onde fora criado, chegando a contar com “filiais” em diversos estados (HOFBAUER, 1993, p. 309).

4 Para mais, conferir Munanga (1986).

5 Nossa atenção se concentra na militância negra brasileira.

6 Inicialmente Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Posteriormente denominado apenas Movimento Negro Unificado. Foi criado em 7 de Julho de 1978.

A ênfase nas atividades políticas parece ter sido a principal característica do MNU. Desde o início de sua trajetória, o MNU tem tomado a prática de denúncia como primordial. Conforme esta ordem, o racismo teria sido utilizado como mecanismo de exclusão social pela população branca.

Notamos neste ponto uma aproximação da concepção de nossa história feita pelo MNU e a leitura efetuada por Florestan Fernandes (1978)⁷.

O dia 13 de maio passou a ser problematizado pela militância. Considerava que esta data não deveria ser comemorada, já que ela poderia representar, de certo modo, a benevolência dos(as) brancos(as) para com a população negra. Recorreu-se a outro símbolo: Zumbi dos Palmares.

Foi então – no dia 4 de Novembro de 1978 – que a data de morte de Zumbi dos Palmares passou a ser proposta como Dia Nacional da Consciência Negra. Criou-se um rompimento com a ordem dominante que determinava as comemorações no dia 13 de maio⁸. Além disto, o MNU promoveu uma campanha de apoio ao quilombo de Cafundó, em 1978.

Em oposição às cabelisadeiras da Frente Negra Brasileira, o MNU se envolveu na criação de salões de cortes “afro”, rastafári, etc. (HOFBAUER, 1999, p. 317).

A concepção de negro(a) formulada pelo MNU assentava-se naquela noção do culturalismo clássico, em que os grupos culturais teriam suas fronteiras essencialmente delimitadas. Assim, podemos perceber que as diferenças se cristalizaram de tal maneira que: a) a participação de negros(as) foi dificultada⁹; b) o MNU foi visto como racista às avessas por “ferir” a identidade nacional; c) criou impasses para a adesão de não negros(as) e de mestiços(as) claros(as).

Movimento negro como parte do Estado

Observamos em 1984, no estado de São Paulo, a criação do Conselho de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra. Naquele momento o governador estadual era André Franco Montoro, do PMDB, que respondeu às reivindicações da militância negra paulista (HANCHARD, 2001, p. 157).

O Conselho da Comunidade Negra de São Paulo foi um dos infundáveis organismos de representação da militância negra na esfera política institucional. A criação dos Conselhos em

⁷ Para ambas leituras, o racismo teria como ponto de origem os mecanismos de exclusão de negros(as) durante a escravidão no Brasil e teria se transformado no racismo da sociedade brasileira pós-revolução burguesa.

⁸ Hofbauer (1999, p. 312-313) observa que “assumiam-se os quilombos de Palmares e seu último líder, Zumbi, como exemplo alegórico de ‘resistência negra’”.

⁹ Observamos que o ideário de branqueamento, bem como o mito de democracia racial contribui para que grupos culturais “fechados” sejam vistos como algo de ruim no ideário brasileiro.

nível municipal e estadual parece ter sido uma vitória da militância negra paulista. Entretanto, é necessário que compreendamos a trajetória geral dos mesmos.

Os objetivos do Conselho Estadual eram¹⁰ “desenvolver estudos relativos à situação da comunidade negra, propor maneiras de a comunidade defender seus direitos civis, e eliminar as práticas discriminatórias que afetam cotidianamente a vida socioeconômica, política e cultural dos negros” (Idem, *ibidem*).

Percebemos, entretanto, que desde a criação do Conselho Estadual, sua atuação parece ter se voltado de maneira mais incisiva para a formação de quadros (políticos e de militância). Além do mais a tarefa de regulamentar e fazer a divulgação de leis de combate ao racismo tem recebido destaque entre as atividades do Conselho Estadual.

Aparece neste momento, com maior ênfase, a discussão a respeito das formas de luta. Principalmente colocando em foco a participação da militância negra em governos em nível federal, estaduais e municipais.

Conforme as trajetórias do Conselho Estadual e do Conselho Municipal do Negro de Marília¹¹ (criado em 1988), podemos notar que a dependência – econômica e política – em relação aos sucessivos governos é real. Em termos práticos, isto tem implicado numa dificuldade de implementação de orçamentos continuados para as políticas de médio e de longo prazo.

Uma vez que o problema do financiamento tem se apresentado com grande insistência na trajetória do movimento negro brasileiro, não é de estranhar que algumas alternativas a tal problema também venham a se repetir. Especificamente no caso do CMN de Marília as festas, os bailes do tipo “Bonequinha do Café” e os jornais foram – principalmente até o ano de 2000 – utilizados a fim de angariar fundos para o Conselho. O interessante é observar a permanência de práticas muito comuns durante a primeira década do século passado. Inclusive, nos convites para os bailes do CMN era comum a indicação “OBRIGATÓRIO TRAJE SOCIAL”, tal como no *Aristocrata Clube* em São Paulo de meados do século passado.

Outro fator observado¹² e que tem sido tomado como comprovação da relativa ineficácia dos Conselhos são as rusgas pessoais. Percebemos isto a partir da ironização de Hanchard:

O adultério, as ambições pessoais e outros episódios pueris mas nocivos, envolvendo membros da instituição, deram uma aura de telenovela a suas atividades. A partir de 1989, muitos ativistas e co-fundadores expressaram

10 De modo semelhante os Conselhos distribuídos pelos municípios paulistas parecem convergir para os mesmos objetivos centrais.

11 Chamaremos o Conselho Municipal do Negro de Marília, daqui para frente, de CMN.

12 Empiricamente pudemos constatar a existência deste fato junto ao Conselho Municipal do Negro. Alguns de seus membros atualmente estão formalizados como tal mas não participam das discussões em decorrência de disputas pessoais.

seu desencanto com o caráter cada vez mais personalista do conselho e se afastaram da organização. (HANCHARD, 2001, p. 157).

Atualmente, o Conselho Estadual, e em certa medida o CMN de Marília parecem voltar suas atenções para uma convergência para com a militância em âmbito nacional. As políticas reparativas em prol da população negra podem ser pensadas como objetivo em comum, conferindo certo grau de adesão crescente entre os(as) militantes em diversos níveis da organização política.

Quanto ao CMN de Marília, observamos que nos últimos anos, sua atuação tem se dado quase que exclusivamente no âmbito das representações em congressos, debates públicos, visitas técnicas a museus, etc. Em contato com dois de nossos informantes, foi-nos passado que “hoje em dia nós nos preocupamos mais em adquirir mais conhecimentos pra poder passar pra população aqui de Marília [...]”¹³.

Podemos perceber que a preocupação com o que chamaremos de intelectualização do movimento negro – em âmbito nacional, e particularmente em Marília – aponta para uma certa busca de conhecimentos acerca das africanidades através da leitura – quase sempre – acadêmico-científica.

Além das alterações e complementações jurídicas, a militância de intelectuais e políticos(as) – negros(as) principalmente – tem observado o combate aos mecanismos de reprodução do racismo¹⁴. A título de exemplo podemos citar os incentivos às iniciativas – públicas e privadas – de combate a exclusão de referências positivas das matrizes africanas no Brasil¹⁵.

A respeito disto, a participação de negros(as) crescentemente intelectualizados na militância tem resultados fecundos. Notemos que sua participação na agenda antirracista se torna compreensível na medida em que há certa convergência entre estes(as) e as diversas esferas de representação política estatais voltadas para a população negra.

A própria ampliação recente das medidas de combate ao racismo no Brasil encontra eco na participação desta intelectualidade¹⁶. Sua atuação tem o compromisso ontológico e prioritário de

13 Entrevista de campo realizada em 20 mar. 2006.

14 É importante observar que a Lei Caó tem efeito apenas sobre o impedimento sofrido por negros(as) em decorrência de suas características negróide. Outras formas de discriminações como xingamentos não são consideradas racismo no ordenamento jurídico brasileiro. Outrossim, o combate a exclusão simbólica e material das referências positivas de matriz africanas na televisão, cinema, artes plásticas, literaturas, entre outros não constituem objeto das leis anti-discriminatórias, mas de leis de combate ao discurso ideológico reprodutor do racismo.

15 Recentemente, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em conjunto com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro da UFSCAR implementaram um projeto de sensibilização de professores(as) da rede estadual paulista para a reprodução do racismo na escola.

16 Estamos nos referindo aos intelectuais [professores(as) universitários(as) em sua maioria] negros. Não se trata de excluir ou diminuir a importância dos estudos realizados por intelectuais brancos sobre racismo. Trata-se apenas de destacar a existência de uma intelectualidade negra no Brasil.

obedecer ao rigor acadêmico-científico em todos os âmbitos. Em função da lógica de hegemonia discursiva na cultura ocidental – que apresenta a razão e sua descendente, a ciência, como “iluminadoras” principais de nossas mentes –, a discussão a respeito das medidas anti-racistas no Brasil tem recebido destaque na década de 1990.

As ONGs

É também na década de 1980 que a sociedade brasileira viu o surgimento de organizações não governamentais voltadas prioritariamente para o cruzamento do anti-racismo e da luta contra as desigualdades entre homens e mulheres. As chamadas ONG’s de mulheres negras se destacaram desde então na luta pelo reconhecimento do grau de exclusão sofrido pelas mulheres negras no Brasil, pensando em estratégias de superação dessas relações assimétricas.

O MNU chegou a desenvolver “perspectivas e programas de ação feministas no fim da década de 1970”. Entretanto, a reprodução de posturas patriarcais foi decisiva no fomento das discórdias entre mulheres e homens (HANCHARD, 2001, p. 154). Ao que parece, existia – aliás, parece que ainda existe – um hiato entre os discursos oficiais e a prática cotidiana e particular dos militantes masculinos.

As atividades destas ONGs têm se pautado prioritariamente em ações junto a comunidades, geralmente de maior carência econômica (financeira e de bens). Há certo consenso de que naquelas comunidades o trabalho teria maior aceitação, haja vista que a composição populacional majoritariamente negra. Além disto, nota-se que o trabalho envolve questões que são frequentemente consideradas mais prioritárias para o(a) destinatário(a) do que a preocupação com o racismo e suas manifestações. Não por acaso, atribui-se a estes fatores o sucesso maior das ONGs quando comparadas à militância exclusivamente anti-racista (Idem, p. 156).

Conforme as teses explícitas em obras como esta existe uma preocupação em destacar as características das matrizes culturais e de pensamento africanas, como estratégia de combate ao racismo – entre outras formas de intolerância. Vide o exemplo da publicação do livro *O pensamento negro em educação no Brasil* de Silva e Barbosa¹⁷ condensa oito textos sobre as particularidade da forma de pensamento encontrada entre negros(as) no Brasil. Entre os textos, setenta e cinco por cento são de autoria de mulheres, preocupadas em combater o racismo e o machismo.

Como exemplo das ONGs podemos lembrar da GELEDÉS, Fala Preta. O Grupo de Educadores Negros (GEN) também pode ser inserido nesta classificação por tratar-se de um coletivo de estudantes e profissionais da educação originário do campus de Marília da UNESP e ter atuação com alguma independência das instituições públicas.

17 Silva e Barbosa (1997).

Aliás, atualmente o GEN pode ser pensado como um grupo de educadoras negras. Os educadores que participaram daquele grupo não participam dos trabalhos já a cerca de quatro anos pelo menos.

De maneira semelhante, a atuação do CMN e do GEN veio se pautando na formação de quadros com crescente qualificação. De certo modo existe uma diferenciação, já que as educadoras negras têm priorizado a obtenção de títulos acadêmicos e refinamento de seus estudos sobre o racismo.

De algum modo, o GEN e o CMN têm sido convidados a participar de diversos fóruns de discussão sobre o racismo em Marília e região. Aparentemente existe uma abertura do *stablishment* da sociedade mariliense a representantes da população negra. Entretanto, é de se notar que tal “abertura” somente foi conquistada à medida que estes(as) representantes aproximaram suas práticas e discursos da academia.

Assim sendo,

Uma vez que o *campo* científico ainda é reconhecido como lócus de produção de um conhecimento hegemônico, a sociedade mariliense – e provavelmente a brasileira e outras mais – reconhece o(a) emissor(a) negro(a) como digno de algum espaço, na medida em que negros(as) se apropriam deste capital simbólico. Não se trata de estar constituído algum equilíbrio social, econômico e simbólico entre negros(as) e brancos(as). Porém, podemos pensar se a tão propagada *hegemonia racial* (HANCHARD, 2000) permanece intacta.

De posse dos elementos que por ora apresentamos a(os) leitores(as) parece-nos que em algumas áreas a hegemonia racial começa a ser colocada em xeque. A diferença entre a militância negra de hoje e a do início do século passado é que os instrumentos de luta constituem uma dicotomia: de um lado os mesmos utilizados para reprodução do racismo – discurso científico, práticas educacionais, poder político; de outro lado a valorização dos sinais diacríticos de um conjunto de culturas de matriz africanas existentes na plêiade cultural brasileira – valorização das religiões de matriz africana, da capoeira, das identidades africanas e afrodiaspóricas. Esta dicotomia esteve presente e permanece no antirracismo negro no Brasil. No início de nossa história republicana havia uma ênfase no primeiro elemento da dicotomia, enquanto que no presente enfatiza-se o segundo elemento.

Esperamos ter evidenciado para o(a) leitor(a) alguns apontamentos de grande importância para a compreensão do anti-racismo brasileiro. Em primeiro lugar, a militância negra anti-racista se posicionou insistentemente contra a *hegemonia racial* da população branca. A existência de tal militância nos remete ao entendimento de parte do papel (auto)atribuído à população negra na constituição da nação brasileira. Notamos que esta resistência tem origens desde os tempos



coloniais e não permite aceitarmos a tese de indolência ou passividade da população negra no Brasil.

Em segundo, a militância negra antirracista tomou formas, digamos, modernas desde o período republicano brasileiro. Notamos que os problemas de financiamento, de aceitação em uma sociedade racista são orientados com base nas formas ocidentais de luta. Jornais, ONGs etc.

A noção de ruptura na trajetória da militância negra brasileira não é vista, por nós, de maneira isolada da ideia de continuidade/permanências. Pensando na dinâmica do movimento negro contemporâneo, inicialmente nos chamou atenção a semelhança das práticas (culturalistas de acordo com Hanchard) atuais com aquelas presentes na primeira metade do século XX. As propostas para educação se apresentam como elemento interessante para pensarmos tal questão.

Desde, pelo menos, começo do século XX à educação foi oferecida importância no movimento negro brasileiro. Inicialmente, as associações defendiam que a população negra deveria ser educada, no sentido de atingir níveis crescentes de escolarização.

Atualmente, a educação também se faz presente no centro do debate anti-racista no Brasil. Porém, com algumas diferenças. Não se trata de apenas escolarizar negros(as). Mais do isso, é necessário oferecer uma educação de qualidade e que inclua as africanidades como elementos tão centrais quanto o estudo de história e filosofia europeia, por exemplo. O tema (educação) permanecesse, mas de forma distinta¹⁸.

Como resultados práticos a militância negra de intelectuais, engajados em estudos sobre o racismo e anti-racismo tem conquistado espaço e notoriedade. Aliás, podemos afirmar que esta forma de luta tem conquistado vitórias importantes - cotas para candidatos negro(as) em universidades, no mercado de trabalho; campanhas publicitárias; capacitação a professores(as), etc. Essas vitórias parecem que são decorrentes não de uma diminuição do racismo no Brasil¹⁹. Elas parecem afetar a hegemonia racial branca, pois seus instrumentos (conhecimento científico, articulações político/jurídicas e habilidades técnicas) são reconhecidos pelas elites – intelectuais, econômicas e políticas – no Brasil²⁰.

18 Marshall Sahlins (1985) afirmaria que a estrutura permanece, embora modificada pela contingência.

19 A pergunta que cabe aqui é: como medir o grau de racismo de uma sociedade, ou saber o racismo ali é pior ou melhor?

20 Ultimamente temos nos perguntado se não existe uma tentativa de desqualificar o debate sobre racismo no Brasil. A polêmica sobre cotas para negros(as) em universidades é reproduzida na mídia e mesmo na academia por dois grupos: de um lado os(as) que se baseiam em argumentos e experiências de comprovado sucesso (SILVÉRIO, 2004); de outro, aqueles(as) que reproduzem os “achismos” ou intenções claramente racistas (REYS, 1996; FRY, 2005; MAGGIE, 2001). Estes enfatizam a ambiguidade do comportamento cultural como base ontológica e fixa de nossa nacionalidade. Aqueles dão voz ao caráter pluralista de nossa cultura e pretendem a correção de desequilíbrio entre brancos e negros, mesmo que “alguém perca seu lugar”.

Black People Movement in Motion

Abstract

Our attention is fixed on the black movement trajectory development since XIX It has focused on the comprehension about the origins of contemporary black people movement in Brazil. In our observation, there is a trend that black militancy self identifies with African values, references and cosmology. The assimilation of Eurocentric's values and references proposed until mid century XX declined in black people movement which caused a return to African references and values. The “Conselho Municipal do Negro”, and the “Grupo de Educadores Negros”, both of Marília-SP, are representative of this programmatic metamorphosis into Brazilian black movement, making possible a comprehension of anti-racism trajectory in Brazil.

Keywords

Black movement. Anti-racist perspectives. Brazil.

Referências

AGUIAR, Márcio Mucedula. **A especificidade da ação afirmativa no Brasil: a experiência do Centro Nacional de Cidadania Negra em Uberaba-MG.** 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, 2005.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **O preconceito racial em São Paulo.** São Paulo: Publicações do Instituto de Administração, 1951.

CRUZ, Leonardo Borges da. **Anti-racismo em Marília: trajetórias e perspectivas de luta do movimento negro atual.** 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Marília, São Paulo, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Ática, 1978. v. 1.

FERRARA, M. N. **A imprensa negra paulista (1915-1963).** São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1986.

COLUCCI, Cláudia. 65% apóiam cotas raciais na faculdade. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2307200608.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2009.

FRY, Peter. **A persistência da raça.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio e São Paulo (1945/1988).** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 244 p.



HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. 1999. 377 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MAGGIE, Yvonne; REZENDE, C. B. (Org.). **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MENDONÇA, L. F. M. **Movimento negro: da marca da inferioridade racial a construção da identidade étnica**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MOTTA, U. D. da. **Jornegro: um projeto de comunicação afro-brasileira**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Metodista de Ensino Superior, São Bernardo do Campo, São Paulo, 1986.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetórias e reflexões. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.

PINTO, Regina P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

REIS, Fábio Wanderley. Mito e Valor da Democracia Racial. In: SOUZA, Jessé. (Org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil–Estados Unidos**. Brasília: Paralelo15, 1997.

SAHLINS, Marshal. **Island of history**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

SILVÉRIO, V. R.; SILVA, P. B. G.; BARBOSA, L. M. de A (Org.). **De preto a afrodescendente**. São Carlos: EdUFSCAR, 2004.

Correspondência

LEONARDO BORGES DA CRUZ
Rua Jerônimo Martin Carreteiro, 226 - Apto 1 - Centro
12900-500 - Bragança Paulista - SP
Fone: (11) 8433-0989
borgesdacruz@yahoo.com.br

Recebido em 24.07.2009

Aprovado em 23.08.2009